MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÃO

ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DE APOSENTADOS

Nome	Matrícula

Data de Nascimento	Identidade	CPF	Estado Civil

Título Eleitoral	Zona	Seção	UF

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Real ou Banco Itaú)

Nome do Banco/Nº	Nome da Agência

Número da Agência	Cod. Operação	Número da Conta

DADOS RESIDENCIAIS

Endereço	Complemento

Bairro	Cidade	UF

CEP	E-mail	Telefone(s)

DADOS DO CÔNJUGE/COMPANHEIRO(A)

Nome	CPF	Vínculo Conjugal
		☐ Casamento ☐ União Estável

Data de Nascimento	Data do Casamento/União

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA

Nome do Dependente	Sexo	Data de Nascimento	Rel. de Dependência (Filho(a), esposo(a), pai, mãe, etc.)	É estudante Universitário? (Sim/Não)	É dependente para efeito de Imposto de Renda? (Sim/Não)

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

Tipo de Representante

☐ 1 - Tutor ☐ 2 - Curador ☐ 3 - Tutor Nato ☐ 4 - Procurador

Nome					
Data de Nascimento	**Cidade**				**Estado**
Documento de Identificação	**Órgão Exp.**	**UF**		**CPF**	
Endereço					
Bairro	**Cidade**	**UF**	**CEP**	**DDD**	**Telefone**
Banco	**Agência**	**Conta Corrente**			

OBSERVAÇÕES

Designação para fins de Pensão

Para se beneficiarem da pensão prevista no art. 215 da Lei nº 8112/90, o(a) companheiro(a) e a pessoa maior de 60 anos de idade ou portadora de deficiência física, que vivam sob a dependência econômica do servidor inativo, deverão ser previamente designados pelo mesmo.

Importante

1. O Representante Legal do aposentado ou pensionista deverá apresentar cópia autenticada do documento que comprove sua condição, ou seja: sentença judicial, no caso de Tutor ou Curador, certidão de nascimento do menor, no caso de Tutor Nato.
2. O aposentado ou pensionista que necessitar manter um Procurador, deverá apresentar procuração passada em cartório nos últimos seis meses, com validade por igual período.
3. O aposentado, pensionista ou Representante Legal, deverá comprovar a titularidade da conta individual.

Declaração de Conta Individual

Em consonância com o previsto no art. 10 da Lei nº 9.527/97, declaro para fins de recebimento dos proventos que **possuo conta corrente individual:**

☐ 1 – SIM ☐ 2 – NÃO

Declaração sobre o recebimento, de forma acumulada, de remuneração proveniente de outro órgão:

☐ RECEBO ☐ NÃO RECEBO

Em caso de recebimento, especificar:

☐ CARGO ☐ EMPREGO ☐ APOSENTADORIA ☐ PENSÃO

- Especificar o Órgão do qual se origina o pagamento: _____

Declaro, sob as penas da Lei, serem verdadeiras as informações acima.

_____ _____

Local e Data Assinatura

Para uso da unidade recebedora (MPF, MPT, MPM ou MPDFT)

Observações: _____

__/__/__ _____ (_____)

Data do Recebimento Assinatura do Servidor Matrícula